

TERCEIRIZAÇÃO – BOA PARA QUEM?

Mesmo não sendo um governo forte, legitimamente eleito e surfando em popularidade o Sr. Presidente da república conseguiu aprovar semana passada a lei da terceirização, com apoio de seus comparsas do congresso nacional promoveu mais um GOLPE, e agora em toda classe trabalhadora.

Essa medida trará economia na folha de pagamento e nos encargos trabalhistas das empresas, mas uma consequência direta dessa economia é “a redução do valor pago ao empregado terceirizado, que terá sua relação trabalhista precária”. Ou seja, se o empresário gasta menos ao terceirizar, o valor pago à companhia contratada – que conta com sua própria hierarquia e também busca o lucro – será menor, e o salário que essa empresa paga a seus funcionários será mais baixo do que o recebido antes.

Agora o que esperar após essa famigerada lei entrar em vigor?

1 - Salários e benefícios devem ser cortados

O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais segundo o **Dieese**, (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). No setor bancário, a diferença é ainda maior: eles ganham em média um terço do salário dos contratados. Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, eles não têm participação nos lucros, auxílio-creche e jornada de seis horas.



2 - Número de empregos pode cair

Terceirizados trabalham em média, 3 horas a mais por semana do que contratados diretamente. Com mais gente fazendo jornadas maiores, deve cair o número de vagas em todos os setores. Se o processo fosse inverso e os terceirizados passassem a trabalhar o mesmo número de horas que os contratados, seriam criadas 882.959 novas vagas, segundo o Dieese.

3 – Aumento do risco de acidentes

Os terceirizados são os empregados que mais sofrem acidentes. **Na Petrobrás, mais de 80% dos mortos em serviço entre 1995 e 2013 eram subcontratados.** A segurança é prejudicada porque companhias de menor porte não têm as mesmas condições tecnológicas e econômicas. Além disso, elas recebem menos cobranças para manter um padrão equivalente ao seu porte.

4 - Preconceito no trabalho pode crescer

A maior ocorrência de denúncias de discriminação está em setores onde há mais terceirizados, como os de limpeza e vigilância, segundo relatório da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com refeitórios, vestiários e uniformes que os diferenciam, incentiva-se a percepção discriminatória de que são trabalhadores de “segunda classe”.

5 – Negociação com patrão ficará mais difícil

Terceirizados que trabalham em um mesmo local têm patrões diferentes e são representados por sindicatos de setores distintos. Essa divisão afeta a capacidade de fazer pressão por benefícios. Isolados, terão mais dificuldades de negociar de forma conjunta ou de fazer ações como greves.

6 – Casos de trabalho escravo podem se multiplicar

A mão de obra terceirizada é usada para tentar fugir das responsabilidades trabalhistas. Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Casos como esses já acontecem em setores como mineração, confecções e manutenção elétrica.

7 - Maus empregadores sairão impunes

Com a nova lei, ficará mais difícil responsabilizar empregadores que desrespeitam os direitos trabalhistas porque a relação entre a empresa principal e o funcionário terceirizado fica mais distante e difícil de ser comprovada. Em dezembro do último ano, o Tribunal Superior do Trabalho tinha 15.082 processos sobre terceirização na fila para serem julgados e a perspectiva dos juizes é que esse número aumente. Isso porque, é mais difícil provar a responsabilidade dos empregadores sobre lesões a terceirizados.

8 - Haverá mais facilidades para a corrupção

Casos de corrupção escancarados envolvendo governadores, senadores e deputados conforme amplamente divulgado pela imprensa, envolviam a terceirização de serviços públicos. Em diversos casos menores, contratos fraudulentos de terceirização também foram usados para desviar dinheiro do Estado. Para o procurador do trabalho **Rafael Gomes**, a nova lei libera a corrupção nas terceirizações do setor público.

9 - Estado terá menos arrecadação e mais gasto.

Ao permitir um aprofundamento da mão de obra terceirizada em todos os níveis de atividade de uma empresa, a norma alastra os riscos da precarização, colocando em cheque a relação entre o patrão e empregado, assegurada pela CLT. Afinal, terceirizar é vender o trabalho de outrem por meio de um intermediário que se apropria do pagamento dos salários sem a necessidade de garantir a amplitude do leque dos direitos trabalhistas.

Qualquer terceirização é prejudicial, seus efeitos: redução de salários, facilitação da exploração de trabalho escravo, fragmentação da classe trabalhadora, com prejuízo real à luta sindical, sonegação de direitos, aumento do número de acidentes de trabalho, invisibilidade, não são diferentes para trabalhadores das chamadas atividades-meio.

A terceirização, que hoje consiste em uma das formas de flexibilização das relações de trabalho, poderá tornar-se um verdadeiro mecanismo de precarização de direitos e contribuirá definitivamente pelo fim dos concursos públicos principalmente nas estatais.

Esse projeto só beneficia aos empresários que patrocinaram o **GOLPE** e hoje apresentam a conta, que os trabalhadores irão pagar.

Enquanto isso, no Senado, outro projeto ainda é debatido. Acesse o **anexo** para ver a outra proposta emitida pelo Senado que já está em discussão.

A ASEN SOMOS NÓS

NOSSA FORÇA NOSSA VOZ

ASEN Sede:

Rua Teófilo Ottoni, nº 52 - Sala 708 Centro/RJ

Telefax: (21)2233-7870

e-mail: asen@asen.org.br

ASEN Subsede:

Prédio da Administração, sala A 22 Itaboraí/Angra

Telfax (24) 3362-8137 / 3362-8199

e-mail: asen@asen.org.br